

# O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DENTRO DE SEU CONTEXTO HISTÓRICO

*THE LITERACY PROCESS WITHIN ITS HISTORICAL CONTEXT*

Elisangela Pereira de Sousa Andrade<sup>41</sup>

Nilvania Lemes Ferreira<sup>42</sup>

Renata Gomes de Oliveira<sup>43</sup>

Gilson Xavier de Azevedo<sup>44</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discorrer sobre a evolução histórica do processo de alfabetização e do letramento no Brasil, mostrando os primórdios desse processo e tudo o que se pôde alcançar com o seu desenvolvimento. Justifica-se o tema abordado pelo fato de que, desde as últimas décadas, muito se discute sobre o processo educacional das crianças, de modo que todos os avanços teóricos e legais, quanto à educação da criança, são indicativos de um consenso que vem se construindo acerca não somente do papel social e político da Educação Infantil, mas, também, do valor educativo/formativo de creches e de pré-escolas para a criança. Questiona-se qual a relevância do processo histórico para a diversificação dos métodos de alfabetização. Apresenta-se por hipótese que o processo em que as crianças estão se preparando para sua inserção social por meio da linguagem muda de geração em geração, quando estão se preparando para ler, formular conceitos, escrever e ampliar sua linguagem, iniciando seu processo de desenvolvimento educacional. Para tal abordagem foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico acerca do tema e, a partir disso, busca-se perceber o quanto é fundamental ao educador conhecer a evolução da alfabetização e a sua aplicação metodológica. Aponta-se, por resultado, a constatação de que o educador é um mediador do processo de aprendizagem do educando, devendo registrar e diagnosticar as dificuldades apresentadas e cuidar sempre para que a sua intervenção pedagógica não provoque bloqueios nesse processo.

**Palavras-Chave:** Educação. Ensino Fundamental. Alfabetização.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to discuss the historical evolution of the literacy process in Brazil, showing the beginnings of this process and everything that could be achieved with its development. The topic addressed is justified by the fact that, since the last decades, much has been discussed about the educational process of children, and all theoretical and legal advances regarding child education are indicative of a consensus that has been building about not only the social and political role of Early Childhood Education, but also the educational/training value of day care centers and preschools for children. What is the relevance of the historical process for the diversification of literacy methods? It is hypothesized that the process in which children are preparing for their social insertion through language changes from generation to generation, where they are preparing to read, formulate concepts, write and expand their language, starting their development process educational. For this approach, exploratory research of a bibliographic nature was carried out on the subject and from that, to understand if it is fundamental for the educator to know the evolution of literacy and its methodological application. As a result, it is pointed out that the educator is a mediator of the student's learning process, and must record and diagnose the difficulties presented, always taking care that his/her pedagogical intervention does not cause blockages in this process.

**Keywords:** Education. Elementary School. Literacy.

<sup>41</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia pela UEG CEAR – e-mail: lilipink0072@yahoo.com

<sup>42</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia pela UEG CEAR – e-mail: nilvanialemes712@gmail.com

<sup>43</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia pela UEG CEAR – e-mail: renatinha\_gomes\_09@hotmail.com

<sup>44</sup> (Orientador) Pós-doutor em Educação pela PUC GO (2020) – e-mail: gilson.azevedo@ueg.br

  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  


## INTRODUÇÃO

A alfabetização é uma das fases de iniciação da vida escolar da criança, quando principia seu desenvolvimento e sua formação intelectual e pessoal como ser humano presente na sociedade, de modo que tal início não deve ser menosprezado ou inferiorizado, pelo contrário, deve ser valorizado, pois será a partir do princípio da vida escolar, com a alfabetização, que todo o processo de desenvolvimento educacional será direcionado. A partir de uma boa alfabetização, a criança poderá ter um processo de aprendizagem satisfatório e que refletirá no seu futuro.

Mas, vale questionar, o que é ser criança? O que é ter infância? Ser criança é ser respeitado e ser atendido em suas necessidades e ter suas potencialidades reconhecidas e trabalhadas. Isso porque a infância é entendida como uma fase de preparação para a vida adulta, ou antes, uma fase a ser muito bem vivida antes da vida adulta, quando o indivíduo vivenciará a assimilação de sua cultura e da produção dessa cultura e de conhecimentos. É um período em que o ser constrói sua identidade individual e coletiva, de modo que a alfabetização deve fazer parte desse processo.

Este trabalho, portanto, vem mostrar a perspectiva histórica e a importância da alfabetização da criança nos anos iniciais, em que deve partir do docente este estímulo, de forma prazerosa e significativa. Tenciona-se construir uma visão histórica da alfabetização e da literatura infantil, por meio de conceitos de linguagem e de leitura, com foco na importância de ouvir histórias e do contato da criança, desde cedo, com o livro, com o fito de se esboçar, enfim, estratégias para o desenvolvimento do hábito da leitura.

Deve-se frisar a importância que os estímulos propostos pela escola têm para o desenvolvimento infantil, na aquisição da linguagem, de conhecimentos, e na interação com a imaginação e a criatividade da criança, na relação entre o real e o imaginário. Sendo assim, sabe-se o quão importante são os ambientes bem preparados e as atividades intencionalmente elaboradas com objetivos que despertem o prazer em se ter contato com os livros e com as histórias, diariamente, isso com vistas a explicitar a importância da leitura para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças, bem como para o desenvolvimento de sua cultura e de sua identidade.

O objetivo desta pesquisa é discorrer sobre a importância da alfabetização na educação, enquanto processo de formação integral dos indivíduos dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da escola, dentro e fora da família e de sua casa.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

O problema em questão é se a educação é um direito de todas as crianças e de suas famílias e um dever do Estado, uma vez que o trabalho pedagógico, na educação infantil, através da alfabetização, deve ser bem organizado, dada a sua real importância para a construção pessoal dos sujeitos participantes de tal processo.

Foi utilizado o método de pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico, com a finalidade de se aprofundar sobre o tema, partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores da área. Buscou-se pelos termos scielo+alfabetização+importância+história e das 30 primeiras ocorrências, recorreu-se àquelas que melhor se adequavam aos objetivos na perspectiva conceitual e temporal (GIL, 2002).

Nesse viés, ressalta-se que a Educação infantil é a primeira fase da educação básica, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Dessa forma, complementa a ação da família e da comunidade, de modo que se tem revelado primordial para uma aprendizagem efetiva, haja vista que socializa, desenvolve habilidades, melhora o desempenho escolar futuro, propicia à criança resultados superiores ao chegar ao ensino fundamental, de forma que se torna o verdadeiro alicerce da aprendizagem, o que deixa a criança pronta para aprender.

Desde as últimas décadas, muito se tem discutido sobre o processo educacional das crianças, pois todos os avanços teóricos e legais, quanto à educação da criança, são indicativos de um consenso que vem se construindo acerca não somente do papel social e político da Educação Infantil, mas, também, do valor educativo/formativo de creches e de pré-escolas para a criança. Não obstante, essa construção vem obtendo apoio no entrelaçamento de pelo menos dois princípios fundamentais ao entendimento da importância da educação da criança, que são: a alfabetização e o letramento.

Para tanto, torna-se importante compreender a relevância da educação nos primeiros anos de vida, em espaços coletivos adequados às suas características e necessidades, e aquele que transforma a alfabetização e o letramento em processo de desenvolvimento pedagógico para a formação das crianças. Isso define a Educação Infantil como um direito no que diz respeito tanto ao acesso quanto à qualidade dessa educação e a importância de se valorizar as brincadeiras em tais espaços. Assim, considera-se que a importância de cada etapa da educação se justifica, em razões que se referem diretamente à criança e não mais apenas em razões relacionadas a interesses exteriores a ela.

Destarte, a alfabetização infantil não é somente a aquisição do sistema alfabético de escrita, mas o processo em que as crianças estão se preparando para sua inserção social, quando,

por meio da leitura, iniciam o processo de formular conceitos, escrever e ampliar sua linguagem, dando sentido ao seu desenvolvimento educacional.

A alfabetização acontece, em muitos casos, como um fenômeno presente na vida da criança, pois não é um processo somente formal, mas está em todos os meios em que ela convive, seja em casa, manuseando as letras do teclado do computador, com a linguagem escrita na escola ou convivendo com adultos alfabetizados. Nesse viés, a pré-escola visa oportunizar atividades lúdicas de descobertas dos sons, ensinando as crianças a perceberem os sons, de modo a identificá-los com as letras. Ainda, irá ensinar como se desenha as letras, e os espaços que elas ocupam nas palavras, caracterizando-se como um jogo perceptivo de construção gradativa da leitura e da escrita.

Sendo assim, para que o processo de alfabetização se desenvolva de forma eficaz e satisfatória, a criança dependerá da influência e da motivação do meio ambiente, bem como da forma que a alfabetização lhe será introduzida, de modo que o lúdico, como metodologia, torne-se um facilitador nesse processo.

Desse modo, para que o processo de alfabetização se desenvolva de forma eficaz e satisfatória, a criança dependerá da influência e da motivação do meio ambiente, bem como da forma como a alfabetização lhe será introduzida, visto que o lúdico se torna um facilitador nesse processo.

Para tratar sobre tais questões, o tópico 1 discorrerá sobre a alfabetização no Brasil. No tópico 2, analisa-se o processo de alfabetização infantil que está enviesado com o tópico 3, o qual traz o letramento infantil e sua história. Por último, o tópico 4 aborda a relação entre a BNCC e a alfabetização.

## **1 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL**

Historicamente, considera-se o primeiro registro de educação formal no Brasil o século XV, durante o período colonial e a época do domínio dos jesuítas. Nesse período, o objetivo dos padres era converter os indígenas ao cristianismo, utilizando, para tal, um modelo de ensino baseado na religião, o qual desconsiderava a cultura e os saberes dos povos.

Não obstante, a adesão era baixa quando da formação das primeiras escolas, de modo que, quando os padres foram expulsos do país, em 1759, as escolas tinham matriculado menos de 0,1% da população. Além disso, vale ressaltar que a escrita e a leitura, neste período, eram de cunho religioso, para os ensinamentos da fé cristã e os mandamentos da igreja. A esse respeito, Silva (et al., 2007 p. 55) afirma que:

O texto não religioso apareceu muito tempo depois, como preocupação típica da escola com a diminuição do poder da igreja sobre as escolas e o domínio do Estado sobre a educação, a leitura e a escrita passaram a ser um instrumento para formar o indivíduo para o desenvolvimento do país, para promover a moral e a valorização patriótica.

Ainda para Silva et al (2007, p. 22), os novos interesses pela educação influenciaram as práticas escolares, de modo que novas concepções e novos métodos foram surgindo. Para o desenvolvimento do país, houve a preocupação no sentido de que as pessoas soubessem ler e escrever e, para isso, a alfabetização passou a ser uma prática social.

Apenas no século XVIII, juntamente com os movimentos pela formação da República no Brasil, surgiram as primeiras tentativas de organizar, sistematicamente, a educação no país, de modo que o período marca a implementação dos primeiros métodos do ensino da leitura por meio do alfabeto, métodos esses que eram baseados no som das palavras, na soletração e na silabação. Nesse contexto, Mortatti (2010, p. 330), em seus pressupostos ressalta que:

[...] foi somente a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, especialmente a paulista, que as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país.

Como método de alfabetização eram utilizados ditados e cópias, isso porque a alfabetização era algo muito importante para a população, haja vista que os analfabetos eram proibidos de votar, além do que aprender a ler era sinônimo de possibilidade de aquisição de novos e de variados conhecimentos. Assim, Morais, Silva (2012) afirma que: “[...] alfabetizar era sinônimo de civilizar, disciplinar, iluminar uma sociedade teológica, elevando-a a positiva”.

Conforme Rizzo (2005) o ensino da leitura e da escrita, em seu início, enfatizava somente o domínio do alfabeto, quando era ensinado ao indivíduo apenas o nome e as formas das letras, de modo que esse processo começava pelo reconhecimento oral do nome de cada letra e o procedimento era bastante repetitivo e demorado, sem qualquer preocupação de se processar um nexos com os significados das palavras lidas.

É mister ressaltar que no período supracitado, as pessoas que conseguiam escrever apenas seu nome, eram consideradas alfabetizadas, visão essa que se estendeu por muito tempo, já que no contexto do Brasil da época, devido à pobreza cultural de grande parte da população e sem a presença de leis que garantissem o acesso ao ensino a essa parcela da população, a

alfabetização era algo distante e difícil, de maneira que aprender a escrever o próprio nome já era considerado um grande avanço.

Dessa maneira, quando as preocupações com os métodos de ensino começam a se disseminar, ocorre a segunda fase da alfabetização no Brasil, no início do século XX. Nesse período, foi criado o termo “alfabetização”, que considerava o ensino simultâneo da leitura e da escrita, tirando o foco apenas da leitura, quando os professores passaram a criticar o tradicional método sintético e começaram a defender o método analítico, no qual a leitura era ensinada por meio de textos ou sentenças com sentido completo e, só depois, as palavras, as sílabas e as letras eram apresentadas.

A década de 1920 foi outro período de mudanças na educação brasileira, quando algumas dessas mudanças tiveram que ocorrer em relação à alfabetização. Essa fase da alfabetização, marcada pela psicologia científica, bandeira do educador Manuel Lourenço Filho, cujos métodos sintético e analítico se tornam ultrapassados, surge o método misto, que usava um pouco de cada metodologia. Desse modo, foram criados os testes de ABC, para avaliar o desempenho dos educandos, classificando-os em “fracos”, “médios” e “fortes”. (RIZZO, 2005).

Por volta de 1940, para ser considerado alfabetizado, o indivíduo deveria saber ler e escrever um simples bilhete, o que era uma evolução para a escrita e para a leitura, pois ultrapassou a barreira de saber escrever apenas o próprio nome.

No Brasil, nas décadas que antecederam a Proclamação da República brasileira, já havia uma preocupação com relação ao ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e da escrita, porém, foi somente a partir de 1930 que a alfabetização passou a integrar políticas e ações dos governos como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional, desde então, saber ler e escrever se tornou o principal índice de medida e testagem da eficiência das escolas públicas do país. Deste modo, compreende-se que, a alfabetização tornou-se fundamento da escola básica no país a partir do período Republicano (MONTEIRO; SILVA, 2015).

Ademais, a quarta e última fase da alfabetização começou na década de 1980 e prosseguiu até os dias atuais. Nesse viés, as transformações desse período foram sociais e políticas, resultando na restauração da democracia. Nesse período, o método do psicólogo suíço Jean Piaget, que propõe a participação ativa dos educandos em sala de aula, ganhou força e está cada vez mais presente na realidade educacional brasileira.



É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica...É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc. sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula (ABRAMOVICH, 1997, p. 17).

Não obstante, atualmente, a dimensão de literatura infantil é mais ampla e importante, pois proporciona à criança um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutível. Assim, a criança que lê ou ouve histórias passa a visualizar, de forma mais clara, sentimentos que têm em relação ao mundo, trabalhando, ainda, questões existenciais típicas da infância, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de tais histórias ensinarem infinitos assuntos.

Nesse ínterim, a alfabetização é entendida como um processo complexo que envolve a aprendizagem, a cultura social, a prática social e a comunicação, deixando de ser apenas o aprendizado de letras. Dessa forma, é pela habilidade de ler e de escrever que o ser humano passou a se comunicar e a ter acesso à informação, para promover uma participação social efetiva.

A complexidade do processo de alfabetização promove, na linha da história, não apenas a construção de vários métodos que visaram ou visam ao adentramento dos indivíduos (crianças, jovens e adultos) no universo da escrita, mas também a formação de professores que possam fazer frente àquela complexidade, pela síntese de conhecimentos oriundos de diferentes áreas. (MORTATTI; FRADE, 2014, p. 8).

Não obstante, as grandes mudanças no contexto social e político influenciaram a concepção de alfabetização, já que para que o país pudesse progredir, a população deveria acompanhar este processo e a garantia de escola para todos pela Constituição Federal (CF) da República Federativa do Brasil, de 1988 (artigo 205) ao exarar que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, assim, proporcionou o acesso à cultura letrada para mais pessoas.

A criança é um ser social que nasce com a capacidade afetiva e emocional e cognitiva, tem desejos, está próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Assim, amplia suas relações sociais, interações e forma de comunicação. (ROSA; TRAVALLA; CASAGRANDE, 2007).



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

Em 1962, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) elaborou um documento com o parâmetro internacional sobre a alfabetização, o qual defende que a ideia de alfabetização deve ir além da codificação e da decodificação das letras, ou seja, o sujeito alfabetizado deve ser capaz de usar a habilidade da leitura e da escrita na sua atuação social. (BLOG EDUCAÇÃO INFANTIL, 2022).

Sendo assim, sempre se discutiu no país sobre o processo educacional das crianças, de maneira que todos os avanços teóricos e legais, quanto à educação da criança, são indicativos de um consenso que vem se construindo acerca não somente do papel social e político da Educação Infantil, mas, também, do valor educativo/formativo de creches e de pré-escolas para a criança.

Essa construção vem obtendo apoio no entrelaçamento de pelo menos dois princípios fundamentais ao entendimento da importância da educação da criança, que são a relevância da educação nos primeiros anos de vida, em espaços coletivos adequados às suas características e necessidades, e aquele que transforma as brincadeiras infantis e lúdicas em processo de desenvolvimento pedagógico para a formação das crianças. Desse modo, a Educação Infantil é vista como um direito no que diz respeito, tanto ao acesso quanto à qualidade dessa educação e a importância de se valorizar as brincadeiras em tais espaços. Assim, a importância de cada etapa da educação se justifica em razões que se referem diretamente à criança e não mais apenas em razões relacionadas a interesses exteriores a ela. (CUNHA, 2004).

Conforme Silva (2013, p. 123), aprender a ler e a escrever significa interpretar o mundo, ter a capacidade de compreender os diferentes tipos de escrita que são recorrentes deste meio. Porém, ainda há muito que se repensar sobre as concepções de alfabetização e sobre os métodos utilizados para alfabetizar, pois, para muitos, o processo de alfabetização ainda é considerado a codificação e a decodificação das letras.

Destarte, a alfabetização infantil não é somente a aquisição do sistema alfabético de escrita, mas o processo em que as crianças estão se preparando para sua inserção social, preparando-se para ler, formular conceitos, escrever e ampliar sua linguagem, iniciando seu processo de desenvolvimento educacional. Nessa perspectiva, tal alfabetização inicia-se na vida da criança presente em todos os meios que ela convive, seja em casa, manuseando as letras do teclado do computador, com a linguagem escrita na escola ou convivendo com adultos já alfabetizados. (SILVA, 2013).

Nesse ínterim, a alfabetização na pré-escola visa oportunizar atividades lúdicas de descobertas dos sons, ensinando as crianças a perceberem os sons, identificando-os com as

letras. Ainda, irá ensinar como se desenham as fontes, e os espaços que elas ocupam nas palavras, caracterizando-se como um jogo perceptivo de construção gradativa da leitura e da escrita.

Desse modo, para que o processo de alfabetização se desenvolva de forma satisfatória, a criança dependerá da influência e da motivação do meio ambiente, bem como da forma como a alfabetização lhe será introduzida, haja vista que o lúdico como metodologia se torna um facilitador nesse processo. (CUNHA, 2004).

Conforme Soares (2004, p. 16), letrar não corresponde a apenas saber ler e escrever, mas a fazer uso social da leitura e da escrita, a praticar estes conhecimentos, e responder adequadamente às demandas sociais que requerem tais conhecimentos. Assim, entende-se que o letramento faz parte do processo de concepções históricas da alfabetização no Brasil.

### 3 O LETRAMENTO INFANTIL E SUA HISTÓRIA

Conforme Soares (2001; 2004), alfabetização e letramento são atividades distintas, mas trabalhadas juntas, por serem inseparáveis e concomitantes. A compreensão dos termos ajuda a não se incorrer em equívocos teóricos e práticos, nem em perda das especificidades. “No Brasil, a história da alfabetização passou por grandes mudanças até os dias atuais. Mudanças que influenciaram o conceito sobre alfabetização e os métodos utilizados para alcançar este fim”. (MORTATTI, 2004, p. 16).

Nesse contexto, estar alfabetizado significa ter práticas de leitura e de escrita, com competências para usá-las. Alfabetização e letramento envolvem ler livros, jornais, bulas e revistas, por exemplo, saber preencher formulários, escrever cartas, localizar nomes em catálogos, entre outras ações.

O conceito de letramento, elevado à condição de um parâmetro para o processo de alfabetização, pode acabar marcando os que sempre foram excluídos, famílias para quem a linguagem escrita não tem um peso aparente, cujas práticas pessoal e profissional dela podem prescindir como vimos acima. Na perspectiva de explicitar o sentido social da aprendizagem da língua escrita, a utilização da noção de letramento tem levado a dicotomizar forma & sentido, técnica & conhecimento, individual & social, fonema & linguagem, entre outros elementos. Uma forte evidência deste fato é a associação cada vez mais estreita dos dois termos, alfabetização e letramento, em que alfabetização encampa o primeiro elemento de cada dupla elencada e letramento, o segundo. (GOULART, 2014, p. 40).



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

Os primeiros livros voltados para as crianças surgiram no século XVII, quando as crianças eram vistas pela sociedade e pela família como um adulto em miniatura, sem diferenciação dos eventos e das atividades de que os adultos participavam. Nesse sentido, com a ascensão das famílias burguesas, portanto, surgiu o conceito de infância, e, a partir daí, passou-se a considerar as necessidades específicas das crianças, buscando a garantia dos bens familiares, de forma que a escola, no seu papel, deveria aplicar, por meio da literatura infantil, o controle intelectual da criança, e também de suas emoções, formando cidadãos segundo os ideais vigentes na sociedade burguesa da época.

A literatura infantil, no seu princípio, pode ser considerada como instrumento que auxiliava a escola a moldar a criança de acordo com valores, ideais, e conceitos propostos pela sociedade, visando a garantia do controle sobre o desenvolvimento da criança na reprodução do mundo adulto, de forma mais branda.

A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e manipulação de suas emoções. Literatura Infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas a cumprir essa missão. (ZILBERMAN 2003, p. 15).

REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

Foi na Europa, portanto, que surgiram os primeiros escritores infantis, dentre eles: Perrault, Irmãos Grimm, Andersen, Lewis Carrol, entre outros, sempre contextualizando contos de fadas e o folclore.

No Brasil a literatura infantil voltada para as crianças surgiu por meio de escritos de Monteiro Lobato, que abriu as portas para a imaginação, retratando a realidade brasileira, oportunizando as crianças o acesso sobre a cultura, os valores, e peculiaridades sobre a sociedade do país. (CUNHA, 2004, p 78).

Durante as duas primeiras décadas do século XX, portanto, as obras didáticas, produzidas para a infância, apresentavam um caráter ético-didático, com finalidade única de educar e de moldar a criança de acordo com as expectativas dos adultos, e dificilmente era considerada como fonte de prazer.

É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outras regras, outra ética, outra ótica [...]. É ficar sabendo história, filosofia, direito, política, sociologia, antropologia, etc. sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula (ABRAMOVICH, 1997, p. 17).

Não obstante, atualmente, a dimensão de literatura infantil é muito mais ampla e importante, proporcionando à criança um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutível, pois a criança que lê ou ouve histórias passa a visualizar, de forma mais clara, sentimentos que têm em relação ao mundo, ao mesmo tempo em que trabalha questões existenciais típicas da infância, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinar infinitos assuntos.

A leitura é uma das formas de interação com o ambiente em que a pessoa está inserida e de compreensão do mundo, de forma que se torna necessária para todas as pessoas, sem distinção de idade. Todavia, para as crianças, torna-se ainda mais essencial, haja vista que tal criança está em desenvolvimento e necessita de bases para alicerçar sua educação, e a literatura pode ser esse alicerce, mais concreto, e, devido a esse fato, torna-se necessário que a criança se familiarize com os livros desde o seu primeiro ano de vida.

A literatura oferece às crianças o conhecimento das diferenças culturais e dos indivíduos, preparando-as para lidar com as questões de forma ética e para ajudá-las a lidar com as emoções durante seu desenvolvimento, despertando, ainda, diferentes habilidades nas crianças, como a linguagem, a ampliação do vocabulário, a criatividade e a descoberta do mundo imaginário.

A leitura favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidades mais justas de educação, principalmente através da promoção do desenvolvimento da linguagem e do exercício intelectual, e aumenta a possibilidade de normalização da situação pessoal de um indivíduo. (BAMBERGER, 2008, p. 11).

Nessa perspectiva, a literatura infantil possui uma dimensão ampla, que pode proporcionar à criança o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, para que ela reflita sobre o mundo, crie postura crítico-reflexivo através de indagações e de interação verbal. Logo, quanto mais cedo a criança tem o contato com a leitura, mais cedo constrói seus significados e sua compreensão de mundo. De acordo com Bakthin (1992, p. 231): “[...] muitos estudos foram realizados sobre o desenvolvimento da criança, desde os primeiros anos na educação infantil,

afirmando que a leitura estimula a criança a desenvolver percepções, imaginações, por meio de livros próprios para cada fase”.

Atualmente, vive-se em uma sociedade na qual as trocas sociais acontecem rapidamente, pois, ao longo dos anos, a educação preocupa-se em contribuir para a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante na sociedade, e o incentivo à leitura pode contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, podendo, portanto, influenciar de maneira positiva nesse processo.

Assim, a escola busca conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita, abordando a leitura como um instrumento motivador e desafiador, capaz de transformar o indivíduo em um sujeito ativo, responsável pela sua aprendizagem, que sabe compreender o contexto em que vive e modificá-lo de acordo com a sua necessidade.

Através da leitura, o docente instiga a imaginação e a criatividade da criança, trabalhando e utilizando livros infantis dos mais diversos temas, gêneros, com variações de figuras e de vocabulário, de modo a proporcionar o desenvolvimento da criança em todos os sentidos: emocional, social, sensorial, cognitivo, crítico, sentidos captados diariamente através de gestos, de expressões, dos tons de voz, de maneira a possibilitar a construção de diversos saberes. Assim, a partir do momento em que linguagem da criança sofre influência desses fatores supracitados, tem-se, então, o enriquecimento do conhecimento do senso comum de tal criança, ou melhor conhecimento de mundo, de modo a contextualizar o real com o imaginário. (CUNHA, 2004).

Dessa forma, a partir do estímulo provocado pelo docente, a criança passa a interagir com as histórias, acrescentando-lhes detalhes, personagens ou lembrando de fatos que passaram despercebidos pelo contador. Nesse sentido, a leitura se torna fundamental para que a criança estabeleça a sua identidade, compreendendo melhor as relações familiares, reconhecendo e interpretando sua experiência da vida real.

A Academia Americana de Pediatria recomenda aos médicos que orientem os pais a lerem para os seus filhos. Desde o nascimento, a superestimação tem se tornado uma constante em casa e invadido o espaço escolar. Livros no banho e e-books são elementos cuja proposta é desencadear o gosto pela leitura logo cedo. O equilíbrio entre inseri-los na cultura letrada e "forçar" funções para as quais ainda não estão preparados, defendem os especialistas, depende de bom senso. (RUBIM; JORDÃO, 2015, p. 01).

O ato de contar histórias é o primeiro incentivo para a leitura das crianças, já que ouvir histórias é algo prazeroso e muito importante na formação de qualquer criança. Assim torna-se



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

o início da aprendizagem para ser um leitor e iniciar o processo de compreender e de interpretar o mundo. Outrossim, o gosto pela leitura é despertado em nós por alguém, pois não é inato, de maneira que cabe ao professor proporcionar atividades diversificadas (visuais, orais e escritas) que venham a seduzir, transformando a leitura em prazer, o que necessita ser renovado a cada dia.

[...] ouvir e ler histórias é também desenvolver todo o potencial crítico da criança. É poder pensar, duvidar, se perguntar, questionar [...]. É se sentir inquieto, cutucado, querendo saber mais e melhor ou percebendo que se pode mudar de ideia... É ter vontade de reler ou deixar de lado de uma vez [...]" (ABRAMOVICH, 1997, p. 17).

Nesse viés, os livros para crianças em fase de pré-alfabetização são verdadeiros brinquedos, pois provocam o interesse da criança em conhecê-los e, com isso, facilita a aproximação de tal criança com a leitura. É importante, todavia, que, na sala de aula, ou mesmo nas atividades diárias de que a criança participa, enquanto frequenta a educação infantil, ela tenha contato com materiais impressos, e, também, com a leitura de histórias infantis feita pelo professor. Importante ressaltar que, nessa fase do desenvolvimento infantil, aprende-se imitando, portanto, estímulos constantes e ambientes preparados para a leitura, proporcionam o letramento e as atitudes que serão levadas para além dos muros da escola pela criança. "bons livros poderão ser presentes e grandes fontes de prazer e de conhecimento. Descobrir estes sentimentos desde bebezinhos, poderá ser uma excelente conquista para toda a vida." (SILVA, 1992, p. 57).

O professor, além de ser um bom leitor, deve passar para o educando o prazer que sente ao ter contato com os livros e a importância que tais livros têm para a aprendizagem, mesmo que seja no princípio da escolarização, visto que o ambiente escolar é um espaço privilegiado, no que diz respeito ao contato de leitores e de livros, e deve estar impregnado na formação dos leitores.

Essa valorização, que parte da sociedade em relação à escola, merece ser retribuída através do compromisso de seus dirigentes com a leitura, por meio de um conjunto de deveres a serem cumpridos, visando à excelência da educação.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

A escola pode ser entendida como uma instituição sociocultural, organizada e pautada por valores, concepções e expectativas, onde seus membros são vistos como sujeitos históricos, culturais que relacionam suas ideias acordando ou contrapondo-se aos demais. E talvez, devido a estas discordâncias e consensos que a humanidade realiza descobertas e evolui. (MOTA, 2006, p. 161).

A literatura infantil cumpre o papel de entreter, divertir e, principalmente, formar crianças que tenham a compreensão de mundo, por meio de experiências oferecidas pela leitura prazerosa. Nesse viés, ressalta-se que a escola é importante nesse processo, dentro da rotina de suas atividades, pois as crianças devem ser estimuladas em seu desenvolvimento por meio de leituras e de informações diariamente.

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias [...] Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e compreensão de mundo [...] é ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve [...] (ABRAMOVICH, 1997, p. 19).

O professor deve oferecer pequenas doses diárias de leitura agradável, sem forçar, mas com naturalidade, desenvolvendo na criança um hábito que poderá acompanhá-la pela vida afora. Deve, ainda, desenvolver um programa de leitura equilibrado, que integre os conteúdos relacionados ao currículo escolar e ofereça uma certa variedade de livros de literatura como contos, fábulas e poesias, observando sempre a idade cronológica da criança e, principalmente, o estágio de desenvolvimento de leitura em que ela se encontra. “O equilíbrio de um programa de leitura depende muito mais do bom senso e da habilidade do professor que de uma hipotética e inexistente classe homogênea”. (SANDRONI; MACHADO, 1998, p. 23).

A leitura oferece uma infinidade de conhecimentos, pois é a porta que irá oferecer riquezas para o intelecto de um indivíduo, de modo que esse pode formar uma nova mentalidade. Proporcionar às crianças o contato com a leitura é uma responsabilidade com a formação dos adultos de amanhã, em que tais crianças irão absorver as informações contidas em um livro, aumentando sua capacidade de compreensão e de desenvolvimento.

Desse modo, a instrumentalização das atividades de ensino, quanto à leitura é o livro. O importante mesmo é que a criança esteja em contato com todo tipo de obra da literatura e faça, quando passar a tomar ciência do conteúdo, as suas próprias opções de gênero literário. “[...] Na idade pré-escolar e nos primeiros anos de escola, contar e ler história em voz alta e

falar sobre livros de gravuras é importantíssimo para o desenvolvimento do vocabulário, e mais importante ainda para a motivação da leitura”. (BAMBERGER, 2002, p. 24).

O professor é o principal responsável pelo trabalho com a leitura em suas atividades diárias em sala de aula e na busca por influenciar os educandos para que esses adentrem ao mundo da leitura, pois esse contato deve iniciar-se desde cedo, para que as crianças possam levar hábitos de leitura para toda a sua vida.

[...] o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador, anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. (FREIRE, 1989, p. 28-29).

Na alfabetização, portanto, a leitura torna-se um auxílio no desenvolvimento, já que leva às crianças a associação das palavras dentro do contexto da leitura, estimulando-as a decodificarem palavras, a soletrarem as sílabas, a aprenderem os fonemas, de modo que estejam aptas a compreenderem o que texto tem a proferir.

A leitura na alfabetização auxilia, também, a desenvolver a familiaridade com a escrita, pois esse desenvolvimento facilita a alfabetização e ajuda em todas as disciplinas, já que o principal suporte para o aprendizado na escola é o livro didático. O ensino da leitura deve ser uma preocupação permanente por parte dos professores, durante o período de alfabetização das crianças, devendo iniciar-se com a alfabetização e prosseguir na forma de uma espiral crescente de desafios ao leitor, tanto em densidade de textos, como em habilidades devidamente sequenciais.

Neste contexto, portanto, o professor é importante na educação infantil como estímulo ao ato ler, para que a criança leve o hábito de leitura até sua fase adulta, de modo a construir um processo conceitual que se faz ao longo dos anos escolares e também fora da escola, principalmente com a participação da família.

É na Educação Infantil que a criança passa a conhecer a leitura de maneira formal, uma vez que se a criança já trouxer o hábito de leitura de casa, essa aproximação na escola se torna mais fácil, caso contrário, é necessário todo um processo de conquista e de sedução em prol de uma leitura prazerosa, e que tenha sentido para a criança. Esta fase do ensino exige muita ludicidade, pois as crianças, em seu processo de desenvolvimento, dispersam-se muito rápido. Para tanto, deve-se fazer uso das estratégias corretas e de planejamentos adequados, para que o aprendizado se torne uma tarefa cheia de brilho e de prazer para o educando.

## 4 A BNCC À ALFABETIZAÇÃO

Historicamente, as políticas públicas aconteceram em meio a discussões sobre o processo de alfabetização, visto que o ensino de alfabetização consistia apenas no ato de aprender a ler e a escrever.

[...] a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (BRASIL, 2017).

A BNCC - Base Nacional Comum Curricular - surge, portanto, como norteador de políticas educacionais, cujos conhecimentos endossam a escola como espaço de aprendizagem e de constituição dos sujeitos, pois trata-se de um documento que estabelece conteúdos essenciais e competências que as crianças e os adolescentes deverão desenvolver na educação básica. Ademais, esse documento define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e a escrever.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os educandos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

A BNCC foi homologada em 2017, com o objetivo de diminuir as desigualdades no aprendizado, ao definir os conhecimentos, as habilidades e as competências essenciais para toda a educação básica, pois tende a funcionar como uma base para escolas elaborarem currículos para professores montarem planos de aula, seja na rede pública ou na privada de ensino. As entidades responsáveis pela fiscalização da implementação da BNCC são os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 7).

Conforme Mortatti (2015), a alfabetização, na BNCC, tem natureza histórica, junto a políticas públicas das práticas pedagógicas, visto que a formação é requerida nos processos de ensino-aprendizagem, filtrados pelo discurso pedagógico.

Algumas mudanças foram geradas com a implementação da BNCC, em especial no que se refere à alfabetização que, anteriormente à BNCC, possuía um prazo limite de até o 3º ano do Ensino Fundamental para a alfabetização e, com a BNCC, esse prazo foi antecipado para o 2º ano do Ensino Fundamental.

Desse modo, a BNCC corrobora que a alfabetização é um processo que permite a criança codificar e decodificar os sons da língua em material gráfico, ou seja, nas letras. Para isso, é necessário conhecer o alfabeto, ter consciência fonológica e desenvolver a mecânica de escrita e de leitura, enfocando, portanto, a alfabetização nas relações entre fala e escrita.

Outra mudança da BNCC em relação à alfabetização é a adoção de uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem e a incorporação ao multiletramento, uma vez que a linguagem é considerada uma atividade humana que integra um processo de interação entre pessoas, e as crianças devem aprender as especificidades de leitura e de escrita também nos ambientes digitais, como meio de oportunidade de explorar ambientes e experiências, sem abandonar o ensino tradicional de gêneros clássicos de textos.

Destarte, por meio de estratégias pedagógicas, a BNCC sugere conteúdos mínimos, em que a implantação de currículos mínimos nacionais ressalta a neutralidade pedagógica na escola, podendo ser vistas estratégias de ações interdisciplinares na competência pedagógica do ensino-aprendizagem.

Desse modo, o entendimento da construção do conhecimento é trabalho que exige o domínio de conteúdo, o respeito mútuo dos diferentes contextos brasileiros, isso porque o processo de alfabetização está ligado a definições pertinentes à educação nacional, mas conforme a realidade local.

Nesse ínterim, a BNCC traz em sua base o planejamento da educação de modo a construir a identidade educacional, com caráter internacional em suas diretrizes, garantindo o



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil – gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1995.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 261-306.
- BAMBERGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura. 6ª ed. - São Paulo: Ática, 2002.
- BLOG EDUCAÇÃO INFANTIL. **História da alfabetização no Brasil**: conheça as transformações do ensino da leitura e escrita. 2022. Disponível em: <<https://educacaoinfantil.aix.com.br/historia-da-alfabetizacao-no-brasil/>>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1934.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília, MEC; Consed; Undime, 2017.
- CUNHA, A. A. M. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- FREIRE, A. **Formação de educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades**. In: KRAMER, S; LEITE, M. L. Infância e Educação Infantil. Campinas: Papirus, 1999.
- GOULART, C. M. A. **O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização**. Bakhtiniana, Rev Estud Discurso, v.9, n.2, p. 35-51, 2014.
- LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MONTEIRO, Carmeliza da Silva; SILVA, Maria Auxiliadora da. **Alfabetização no Brasil: dos jesuítas ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. (TCC-UFRA) 2015. Disponível em: <<http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/364/3/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%20-%20dos%20jesu%C3%ADtas%20ao%20pacto%20pela%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20na%20idade%20certa.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- MORAIS, M. A. C. de; SILVA, F. de L. **A leitura e a escrita no Rio Grande do Norte: primeiras décadas do século XX**. In: MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: uma História de sua História. Marília: editora UNESP, 2012. p. 265-281.
- MORTATTI, Maria do Rosário. **Educação e Letramento**. São Paulo: Unesp, 2004.
- MOTA, Francisca Rosaline Leite. Competência Informacional e necessidade interação entre bibliotecários e professores no contexto escolar. Revista Informação & Sociedade João Pessoa, v.16, n1, p. 158-167, 2006.
- RIZZO, Gilda. **Alfabetização Natural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.
- ROSA, Adriana (Org.) CASAGRANDE, Juliana; TRAVALHA, Cleversin Aparecida. **O lúdico no processo de alfabetização: Lúdico e Alfabetização**. Curitiba: Juruá, 2007, 75-79.

RUBIM, Débora; JORDÃO, Claudia. **Como o gosto pela leitura pode ser estimulado na educação infantil.** Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/213/como-o-gosto-pela-leitura-pode-ser-estimulado-na-educacao-335626-1.asp>. Acesso em: 12 de dez. 2022.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. Freinet: **Evolução Histórica e Atualidades.** São Paulo: Scipione Ltda, 1989.

SANDRONI, C. Laura; MACHADO, Luiz Raul. **A criança e o livro: guia prático de estímulo à leitura.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1998.

SILVA, Ezequiel Theodoro da et al (Org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: A alfabetização como processo discursivo.** Campinas: Cortez, 2001.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação. 2004.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Global, 1985.

Enviado em: 14/01/2024.

Aceito em: 07/02/2024. (Artigo pré-aprovado nas bancas de TCC da UEG UAB 2022/2).